



Comitê de Representantes

Aprovada na 1145ª sessão

ALADI/CR/Ata 1142

12 de abril de 2012

Horário: das 11h02m às 11h36m

ATA DA 1142ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 1136ª, 1137ª e 1138ª sessões.
4. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos.
5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.
6. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMDERs.
7. Assuntos diversos.
 - Estado de situação do Observatório América Latina – Ásia-Pacífico.
8. Participação da Dra. Saadia Sánchez, Diretora de Redes Internacionais do SELA, e da Dra. Gloria Cañas, consultora desse Organismo, que dissertarão sobre diferentes aspectos da interoperabilidade das VUCE (sigla em espanhol) na região (Por proposta da Representação do México).

Preside:

CASSIO VITALE MANUEL LUISELLI FERNÁNDEZ

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Gustavo Constantino García e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Jenny Encinas (Bolívia); Silvana Peixoto Dunley, Marcos Vinicius Ramalho e Henrique Choer Moraes (Brasil); Constanza Alegría Pacull (Chile); María Clara Isaza Merchán e Luz Marina Rivera (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Lisset Fernández García (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla e Adolfo Blum Montero (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Alejandro Hamed Franco e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Aída García Naranjo Morales, Jorge Tello e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Ivannah Garelli Ruggia e Mario Américo Ferrari Bianchini (Uruguai); Julio Chirino Rodríguez e Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá); Maurizio Gelli (Nicarágua), Juan Carlos Elorza (CAF).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez.

Subsecretários: César Llona e Pablo Rabczuk.

PRESIDENTE. Bom dia. Daremos início à 1142ª sessão ordinária.

1. Aprovação da Ordem do dia.

...Submeto à consideração dos senhores a Ordem do dia. Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

... Em relação a assuntos em pauta, ofereço a palavra ao Secretário-Geral. Por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. O documento que se encontra nas pastas das Representações menciona as notas e documentos que correspondem ser ingressados na presente sessão, dos quais se destacam a nota da Representação Permanente do Brasil, por meio da qual comunica a designação do Embaixador Ruy Carlos Pereira como Representante Permanente a partir de 26 de março de 2012 -em breve se incorporará aos trabalhos do Comitê de Representantes- e a contribuição da República da Colômbia por transferência bancária de 02/04/12, da quantia de US\$ 364.932,00 como pagamento da conta da contribuição do ano 2012. Agradecemos pela contribuição.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

3. Consideração das atas correspondentes às 1136^a, 1137^a e 1138^a sessões.

... Submeto à consideração as atas correspondentes às 1136^a, 1137^a e 1138^a sessões. Devo dizer que a Secretaria recebeu observações de forma das Representações do Equador e de Cuba que serão, logicamente, devidamente atendidas, mas estão à consideração.

Aprovam-se, então, com esses comentários.

4. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos.

... Agora, como ponto 4, vamos escutar o Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos. Ofereço a palavra à Ministra Dora Rodríguez, Representante Alternativa do México e Coordenadora da Reunião. Dora, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente. Bom dia.

O que nós teríamos para informar sobre os temas que tratamos no Grupo de Alternos tem a ver com a notificação à OMC, assunto que estivemos tratando nas duas reuniões que tivemos neste ano, no dia 1º de março e nesta segunda-feira, 9 de abril.

Senhor Presidente, sobre este tema chegamos a um acordo no sentido de que a ALADI continue apresentando as notificações por cláusula de habilitação dos instrumentos que forem assinados ou que são assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 –sem prejuízo das notificações individuais- e que, além disso, seja adotado um novo formato desta notificação, considerando o Mecanismo de Transparência.

Para tanto, a Secretaria apresentou uma proposta distribuída em um documento denominado “Modelo de Relatório de Notificações da ALADI para a OMC”, e, neste sentido, em nossa última reunião de segunda se procedeu a analisar este documento elaborado pela Secretaria.

Antes de passar ao documento, gostaria também de informar que chegamos a alguns acordos sobre procedimento. Nesse sentido, acordou-se que o relatório de notificação continuasse sendo, como até agora, elaborado pela Secretaria-Geral, submetido à consideração dos países-membros e, posteriormente, aprovado por este Comitê como um documento do Comitê de Representantes. Além disso, continuar-se-á entregando à OMC, através da Representação do Uruguai, da Missão do Uruguai junto à OMC, como país sede de nosso Organismo.

A Secretaria-Geral vai entregar à Representação do Uruguai, para seu envio à OMC, o pacote com todos os relatórios elaborados com este objetivo, desde a notificação da assinatura do Tratado de Montevideu 1980, isso em virtude de que nos registros da OMC há alguns acordos que não constam, então, serão entregues à Representação do Uruguai todos os relatórios que foram elaborados para que sejam remetidos à OMC para sanar esta falta de alguns relatórios nos registros desse Organismo.

Outrossim, junto com o relatório que corresponde apresentar em 2012 sobre o período 2010-2011, porque estivemos apresentando-o bienalmente, será feita uma seção com os links para a página web da Associação, nos quais constam os textos

desses acordos que estão notificados antes, ou seja, a partir do mecanismo de transparência.

Finalmente, em relação ao modelo do novo formato do relatório de notificação da ALADI à OMC, na análise e revisão feitas no Grupo de Trabalho, acordou-se evitar a referência a acordos comerciais regionais e, em seu lugar, utilizar o termo de “instrumentos” que é mais geral e compreensivo. Outrossim, o relatório que vai ser apresentado obviamente abrangerá o período bienal 2010-2011, mas a partir de 2012 a periodicidade diminuirá e os relatórios serão anuais.

Em relação ao formato, em 10 de abril, a Secretaria-Geral distribuiu, sob a denominação ALADI/SEC/Proposta 333/Rev.1, o que foi aprovado ad referendum devido a que uma Representação não contava com instruções a esse respeito. Nesse sentido, esperamos que, quando essa Representação contar com instruções, possamos já dar por aprovado, digamos, definitivamente este formato.

Isso seria o que tínhamos a informar, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Muito completo, muito interessante. Comentários, colegas. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Silvana Peixoto Dunley). Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Coordenadora, pelo trabalho realizado pela coordenação do México sobre o tema das Notificações à OMC.

O Brasil permite esclarecer, porque foi a Delegação que não aprovou, que manteve reservas e que continua com reservas para a aprovação do formato discutido, examinado. Sob nosso entendimento, aquele documento não havia sido aprovado ainda.

Já fizemos os comentários pertinentes, inclusive de alteração, e os comentários finais do aide-mémoire que foi elaborado sobre a reunião. Nossa Chancelaria está sendo consultada sobre aspectos muito precisos, especificados pelo Brasil naquela oportunidade, e que são efetivamente aspectos importantes, porque na dependência de que as notificações sejam encaminhadas à OMC, isso implicará para nós, países-membros, obrigações diferentes segundo as regras da OMC em Mecanismo de Transparência especificamente. A questão do regime e do mecanismo de notificação para os novos acordos, o Brasil entende que é um ponto muito delicado porque, além de ser muito oneroso, para nós poderia não ser o âmbito, o guarda-chuva mais indicado para os acordos que continuam sendo celebrados e que continuarão sendo celebrados ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980 e de sua notificação à OMC. Gostaríamos de esclarecer de uma maneira muito precisa que não há muita novidade no Tratado de Montevideu e que continua vigente, em cujo âmbito continuam sendo concertados os acordos.

Então, a reserva do Brasil é uma reserva de cautela em relação às consequências futuras que as notificações à OMC, conduzidas de uma maneira ou de outra, poderiam implicar não somente para o Brasil, mas para todos os países-membros da ALADI.

Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum comentário. México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Senhor Presidente, na realidade, penso que é um pouco desafortunado o comentário que o Brasil está

fazendo neste momento, se o tivéssemos escutado no Grupo penso, que teríamos tido um tratamento, uma evolução e um resultado diferente. O relatório que apresentei é factual do que aconteceu no Grupo de Trabalho. Realmente, de acordo com o que o Brasil está dizendo, o Grupo teria que voltar a reunir-se em algum momento para continuar analisando o formato, mas este formato foi acordado, nos termos em que se distribuiu no dia 10 de abril. Acordou-se trabalhar em um formato que se adaptasse ao Mecanismo de Transparência desde a reunião que celebramos no dia 1º de março. Então, isso é o que altera um pouco na verdade todo o trabalho realizado.

Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum comentário? Brasil.

Delegação do BRASIL (Marcus Vinicius Ramalho). Muito obrigado, senhor Presidente. Somente para esclarecer. Nós continuamos de acordo com o consenso a que chegou o Grupo, de que a ALADI continue fazendo os relatórios, inclusive talvez com as modificações de procedimento mencionadas pela Coordenadora do Grupo de Alternos. De todas as maneiras, nosso entendimento da reunião de 9 era que, à luz dos intercâmbios feitos na reunião, a Secretaria-Geral distribuiria uma nova proposta, o que inclusive fez no dia 10, e, desta maneira, nós não poderíamos simplesmente dizer que o documento seria aprovado, estaria aprovado *ad referendum* inclusive porque não havia ainda um documento revisado da Secretaria, inclusive a razão dos comentários que nós enviamos ontem à Secretaria-Geral sobre um ponto muito específico do aide-mémoire.

Então, nosso entendimento da reunião era que a proposta continuaria sob a consideração das Delegações, inclusive porque a Secretaria distribuiria um documento revisado, o que fez no dia seguinte. Então, a posição é que seguimos de acordo em continuar, em que a Secretaria continue emitindo seu relatório com modificações que se ajustem ao Mecanismo de Transparência da OMC, mas ainda penso que as Delegações não estão de acordo com o modelo, com o formato final deste relatório. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Em algo sim tem toda a razão o Brasil, é que as Representações não estão de acordo com o modelo de formato final em sua totalidade, e disso se trata o exercício que fazemos aqui na ALADI de chegar a consensos e deixar talvez alguns de nossos interesses em prol de um produto que se ajuste a todos os membros.

Nós, logicamente, estamos dispostos a seguir trabalhando o documento, esperamos, como todos os demais, os comentários do Brasil, mas, no entanto, quero comentar aqui no Comitê que, pelo menos nosso entendimento da última reunião foi que ficava aprovado, *ad referendum* do que a Delegação que disse que necessitava instruções da capital dissesse, evidentemente. Inclusive, lembro que eu fiz um comentário de que se essa Delegação propusesse alterações no documento, abriria novamente, sim, disse a Coordenadora, logicamente o documento seria novamente aberto, ou seja, não ficaria fechado.

Esse foi nosso entendimento dessa reunião, e se for necessário continuar reunindo-nos para seguir trabalhando o documento e chegar a um documento com consenso, estamos com toda a vontade para tanto. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Chile. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada Presidente. Depois desse esclarecimento do Delegado do Brasil, evidentemente foi aprovado *ad referendum*, o que quer dizer que quando essa Delegação receber uma instrução que não for no sentido do que aprovamos *ad referendum*, obviamente voltaremos a nos reunir, como acaba de esclarecer a Delegada do Chile. Esse foi exatamente o entendimento, então se foi isso que se quis dizer, estamos todos de acordo, senhor Presidente. Esperaremos que o Brasil apresente eventualmente alguma modificação e voltaremos a nos reunir para ver qual é a posição do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Penso que, com isso, vamos avançando. Por favor, Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Somente sobre um dos aspectos que estivemos falando, com relação ao período no qual seriam feitos os relatórios. Pensei ter o entendimento de que o próximo relatório era somente sobre 2010 e que não íamos fazer relatórios com o novo formato desde 2006 a 2010, como alguns países propuseram. Nesse sentido, quero que isso fique claro, pelo menos que parecia haver, não consenso, mas maioria dos países que pensavam que somente era 2010 o ano em que se faria o relatório no novo formato. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Silvana Peixoto Dunley). Obrigada, senhor Presidente. Era justo para reiterar que nossa interpretação é que é sobre um aspecto finalmente procedimental, simplesmente não poderia haver uma aprovação do documento *ad referendum* quando um país mantém reservas expressamente sobre o formato desse documento. Então, eu quero esclarecer este ponto de ordem e de procedimento. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Antes de seguir, penso que é evidente que tem que haver outra reunião, porque há uma série de temas, embora afortunadamente não sejam de fundo, que tudo esteja completamente claro e de acordo. Então, se estivermos de acordo nisso, podemos acordar que haverá uma ulterior reunião e terminamos com o tema. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Sim, Presidente, absolutamente de acordo. Simplesmente para esclarecer para a Venezuela o que acordamos. Nós estávamos apresentando bienalmente os relatórios e o último que se apresentou foi o período 2008-2009, então o próximo, o que temos que apresentar neste ano, é 2010-2011 no novo formato, e a partir de 2012 começam a ser anuais e não bienais. Mas, sim, estamos de acordo com o que acaba de dizer, somente o esclarecimento de que são dois anos, porque, do contrário, 2011 não é abrangido. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Então, esperamos que o documento seja bem-elaborado e completo. Muito obrigado a todos.

5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.

... Agora passamos ao ponto 5, Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação de Comércio, e também peço a Dora Rodríguez, Representante Alternata do México, que apresente o relatório. Por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente. Serei muito breve. Tivemos também neste Grupo duas reuniões, uma no mês de março também, não lembro exatamente a data, e a última ontem. Nessas reuniões, o que realizamos em termos gerais foi uma análise do Documento Informal 1056, elaborado pela Secretaria, com uma avaliação do cumprimento das Resoluções Nos. 53, 129 e 226 do Comitê de Representantes sobre Facilitação do Comércio, bem como o Estudo 194 sobre Transporte Multimodal/Revisão 2.

O objetivo da análise desses dois documentos foi identificar elementos que nos ajudem a ir elaborando o Projeto de Programa de Facilitação do Comércio, que é o objetivo central deste Grupo de Trabalho.

Por outro lado, a Secretaria-Geral apresentou ontem uma proposta para convocar o Grupo de Coordenadores Nacionais do SCOD, com o objetivo de conhecer o estado em que se encontram os trabalhos para implementar o sistema, a certificação de origem digital nos países-membros, bem como para elaborar nessa reunião um programa que permita a implementação total da certificação de origem digital e, ainda, possa ser elaborado um programa de cooperação a partir tanto dos requerimentos dos países como das ofertas que os mesmos países possam outorgar reciprocamente.

Também tivemos ontem no Grupo a ocasião de conhecer, por meio de uma detalhada apresentação das doutoras Saadia Sánchez e Gloria Cañas, os avanços que o SELA está tendo no tema das Janelas Únicas de Comércio Exterior e sua interoperabilidade, quando fizeram mais concretamente uma apresentação sobre os avanços do projeto piloto que envolve a Colômbia e o Panamá.

Como as doutoras estão em sala, e é um ponto que vamos ver também aqui no Comitê, eu me limitaria, senhor Presidente, neste relatório, a indicar que o Grupo de Trabalho agradeceu esta apresentação, que foi acolhida com grande interesse frente à perspectiva de unir sinergias entre a ALADI e o SELA e identificar espaços para somar esforços a este projeto.

Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Que bom que o SELA e a ALADI estejam próximos, trabalhando nesses temas cruciais para todos nós. Comentários, por favor, senhores. Muito obrigado.

6. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMDERs.

... Passamos, então, ao ponto 6, que é o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMDERs. Ofereço a palavra à Conselheira Jenny Encinas, Representante Alternativa da Bolívia e Coordenadora do Grupo de Trabalho. Jenny, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Muito obrigada, senhor Presidente. O Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDERs se reuniu na terça, 3 de abril, com a presença de 10 Representações. A Coordenação do Grupo de Trabalho realizou a apresentação da agenda, cujo primeiro ponto a tratar foi o programa de atividades para o ano 2012 e, em segundo lugar, o estado de situação dos projetos em favor dos PMDERs.

Em seguida, a Secretaria-Geral realizou uma breve exposição sobre as atividades previstas para este ano, resumindo o estado e o avanço de cada uma delas e

remarcando como fato positivo a possível finalização, no primeiro semestre deste ano, dos projetos iniciados em 2011 correspondentes ao componente 1 do Plano de Ação.

Com relação à atividade do componente 2 do Plano de Ação, destacou que a mesma está sujeita à obtenção de recursos externos para o financiamento do programa comum.

No âmbito da atividade referente ao Programa para a implementação da Resolução 68 (XV) do Décimo Quinto Conselho de Ministros, a Secretaria indicou que está em processo de receber as listas de produtos de interesse dos países PMDERs para conseguir avanços previstos nesta atividade.

Da mesma maneira, referiu-se à atividade “Avaliação Geral do Sistema de Apoio aos PMDERs”, indicando recentemente que, no âmbito desta atividade, foi publicado o Documento Informal 1059.

Logo após, a coordenação agradeceu a apresentação realizada pela Secretaria, manifestando a intenção de impulsionar neste ano a atividade relacionada com o cumprimento do Programa, de acordo com o estabelecido na Resolução 68 (XV).

A seguir, os países PMDERs destacaram o bom trabalho do Departamento de Apoio aos PMDERs e as conquistas alcançadas na gestão dos projetos de cooperação em seu favor, considerando inclusive o atual escasso número de funcionários, diante do que manifestaram que fosse impulsionado o fortalecimento do Departamento a fim de que as atividades programadas neste ano não fossem afetadas.

Outrossim, o Subsecretário de Assistência Técnica, Cooperação e Apoio aos PMDERs recordou às Representações os trabalhos da consultoria que, atualmente, estão sendo levados a cabo, levando em conta a melhor destinação de recursos humanos da Secretaria-Geral.

Finalmente, atendendo o ponto 2 da agenda, realizou-se a análise do estado de situação de cada um dos projetos em favor dos PMDERs, detalhados no Documento Informal 1062, publicado oportunamente.

Esse é o relatório. Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Está a sua consideração, senhores. Então, damos por informados e agradecemos muito pela apresentação.

Agora, vamos fazer uma pequena alteração na Ordem do Dia para deixar as colegas do SELA no final da sessão e não deixá-las esperando com outro ponto. Então, gostaria de submeter agora Assuntos diversos. A Secretaria indica que há um tema, para depois passar à apresentação de nossas colegas do SELA, se os senhores estiverem de acordo.

7. Assuntos diversos.

... Passamos a Assuntos diversos, por favor, Secretário.

SECRETÁRIO-GERAL. O Subsecretário Pablo Rabczuk fará uma descrição do estado de situação do Observatório Ásia-Pacífico, porque terminamos de acordar com a CEPAL e com a CAF a colocação em andamento do Observatório. Obrigado, Presidente.

SUBSECRETÁRIO (Pablo Rabczuk). Obrigado, senhor Secretário, senhor Presidente. A seguir, relatarei brevemente o estado de situação do Observatório América Latina – Ásia-Pacífico.

No dia de hoje, acordaram-se os termos de referência e a realização de um Acordo de Cooperação tripartite entre a ALADI, a CEPAL e a CAF, para desenvolver o Projeto Observatório América Latina e Ásia-Pacífico.

A cooperação que estaríamos contemplando se reflete na contratação de especialistas em temas de comércio e integração, que coordenarão as atividades com a CEPAL e com a ALADI, bem como o apoio para o desenvolvimento da plataforma informática do Observatório e a realização de eventos, além de outros aspectos de apoio ao desenvolvimento do Projeto.

Considera-se oportuno convocar para o evento de lançamento do Observatório no mês de maio, no qual seria assinado um Acordo tripartite e feita uma apresentação da CEPAL de um estudo recente sobre as relações da América Latina com a China. Espera-se contar com a presença dos Embaixadores dos países da Ásia Pacífico, dos responsáveis pela temática em nossos países-membros, bem como também com a presença do setor acadêmico e empresarial.

Como resultado das atividades a serem desenvolvidas no Projeto, espera-se contar com os seguintes produtos: um portal com domínio próprio no qual se poderá obter informações e documentos sobre a relação econômica entre ambas as regiões. Ao mesmo tempo, publicações, tanto boletins de caráter periódico que se refiram ao acompanhamento das relações entre ambas as regiões bem como estudos específicos que aprofundem em consequência impactos dessa região. E também fóruns e seminários que contribuam para avançar no conhecimento e na reflexão sobre esta relação estratégica, em colaboração com os países envolvidos e com outros organismos internacionais e regionais que contribuam para este Projeto.

Esse é o estado de situação, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Comentários, por favor. Felicitamo-nos pelos avanços concretos e que bom que em maio poderemos ter já em funcionamento o Observatório, o que é um tempo realmente curto. Aí terminaríamos, então, a parte da agenda interna.

7. Participação da Dra. Saadia Sánchez, Diretora de Redes Internacionais do SELA, e da Dra. Gloria Cañas, consultora desse Organismo, que dissertarão sobre diferentes aspectos da interoperabilidade das VUCE (sigla em espanhol) na região (Por proposta da Representação do México).

... Agora escutaremos, com muito prazer e agradecendo pela viagem, as colegas, a doutora Saadia Sánchez, Diretora de Redes Internacionais do SELA, e a doutora Gloria Cañas, consultora desse Organismo, que dissertarão sobre os aspectos da interoperabilidade das Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol). Eu convido as doutoras a dividir a mesa conosco.

Vamos escutar a doutora Saadia Sánchez Vegas. A doutora tem seu doutorado em Estudos da Informação pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e possui um mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação, pela Universidade Estatal de San José, Califórnia, nos Estados Unidos, e é socióloga pela Universidade de Zulia, na Venezuela. Atualmente, é Diretora da Rede de Informação e Conhecimentos do SELA,

onde é desenvolvido, desde 2005, o Programa de Trabalho da Secretaria Permanente em Tecnologias da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento, Gestão do Conhecimento e Integração Digital na América Latina e no Caribe.

Muito obrigado, doutora. Por favor.

Diretora de Redes Internacionais do SELA (Saadia Sánchez). Muito obrigada, senhor Presidente. Bom dia, Excelentíssimos Embaixadores, distintos Representantes. Em nome do Embaixador José Rivera Banuet, Secretário Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano e Caribenho, e em meu próprio, agradeço este tão amável convite para fazer a apresentação dos avanços e das propostas que a Secretaria Permanente do SELA traz a este honorável Organismo.

Além disso, gostaria de agradecer muito particularmente pelos esforços, pela gestão e pelo amável convite da Ministra Dora Rodríguez, Representante Alternativa do México neste Organismo.

Início a apresentação da manhã de hoje, intitulada “Avanços e Propostas, Ação do SELA no âmbito da Facilitação do Comércio Exterior”¹.

Podem ver os pontos que vou tratar. É muito mais extenso o que está escrito que o que falarei nos próximos minutos. A apresentação fica a sua disposição aqui na ALADI caso desejem consultá-la, e, logicamente, estou à completa disposição.

Em relação às premissas de trabalho, essencialmente compartilhamos pressupostos teóricos e também de natureza prática que outros organismos internacionais e organismos regionais já assinalaram, como a alta relevância e importância de trabalhar a simplificação e automatização dos procedimentos aduaneiros, a digitalização dos trâmites de comércio exterior, neste caso de acordo com os padrões internacionais recomendados pela UN/CEFACT e pela Organização Mundial de Aduana (OMA), a gestão de riscos, o fomento de marcos jurídicos que deem a maior segurança possível para as transações em matéria de comércio, que se eliminem os obstáculos desnecessários ao mesmo e, logicamente, desta maneira, coadjuvar a que os países da região alcancem um melhor posicionamento nos mercados internacionais.

Outra premissa da qual partimos: entendemos que entre os obstáculos importantes para um maior dinamismo do comércio internacional, conta-se com o enorme volume de documentação requerida, a falta de transparência nos trâmites necessários e normalmente duplicados, processos administrativos onerosos, para mencionar somente alguns. E isso nos leva, e nos tem levado, a conceber as Janelas Únicas de Comércio Exterior como um instrumento essencial no contexto da facilitação do comércio, com base no pressuposto que implicitamente as Janelas Únicas nos permitem atingir a racionalização de trâmites e de procedimentos de comércio exterior, bem como a transparência e a segurança desses.

Identificamos, a partir desses esforços que mencionamos, veremos a partir de que momento, as vantagens ou benefícios das Janelas Únicas de Comércio Exterior, pode haver outros, mas identificamos as que consideramos mais importantes, não me referirei explicitamente a todas elas. São 23 benefícios que identificamos.

¹ Anexa-se à presente Ata a apresentação feita pela Dra. Saadia Sánchez.

Penso que é importante mencionar: a redução da corrupção devido à racionalização dos processos e à eliminação da discricionariedade nas decisões, o que, por sua vez, incide na previsibilidade da administração pública.

A otimização dos processos mediante a implementação de marcos legais e reguladores que sejam consistentes e transparentes. A redução, por sua vez, do uso de papel, o que incide diretamente no impacto ambiental que ocasiona o uso de papel.

Obviamente, a economia em trâmites e tempo de gestão; o melhor cumprimento dos trâmites legais e dos pagamentos impositivos por parte de importadores e exportadores; a disponibilidade operacional de um sistema de gestão 24 horas, sete dias da semana, 365 dias do ano; a abertura de possibilidades de participação das PMEs, o que, por meio dessas ferramentas informatizadas e de acesso remoto, irá implicar o incremento dos níveis de competitividade, a confiabilidade na gestão de comércio e o desenvolvimento sustentável que aspiramos.

Baseados nisso, e também na base empírica dos trabalhos que viemos realizando e que outros organismos realizaram também, como a CEPAL e o BID, nós podemos declarar que basicamente todos os países da região, sem exceção, reconhecem os benefícios mencionados, são reconhecidos pelos atores políticos e atores econômicos na região.

Da mesma maneira, na região existem esforços sumamente relevantes, importantes, sistemáticos, uns talvez mais desenvolvidos que outros, uma heterogeneidade em relação ao desenvolvimento das Janelas Únicas na região.

No entanto, por mais que seja tão positivo que exista este reconhecimento e uma vontade política em função de seu desenvolvimento e sua consolidação, a região ainda enfrenta desafios de alta relevância nesta matéria, para o que sentimos que é importante definitivamente unir esforços entre os países e organismos que estão relacionados com a matéria. Nesse sentido, coadjuvar a cooperação técnica com um sentido estratégico, logicamente a partir de uma visão regional latino-americanista e caribenha.

Baseados nessas premissas, e por mandato dos Estados Membros de nosso Organismo, através de nosso órgão de governo, que é o Conselho Latino-Americano, a Secretaria Permanente, desde 2008, vem realizando trabalhos nesta matéria, em função da matéria, especificamente em facilitação do comércio.

O primeiro desses esforços foi a realização do Primeiro Seminário Regional sobre Redes de Integração Digital: Conteúdos, Aplicações e Usos das TICs na América Latina e no Caribe. Nessa oportunidade, trabalhamos em co-organização com o Ministério de Desenvolvimento e Comércio do Brasil, e um dos segmentos deste evento foi precisamente dedicado à Janela Única, na verdade a comércio sem papéis, e especificamos Janela Única de Comércio Exterior. Vários dos países que estão aqui representados também estiveram presentes nesse evento, acompanhou-nos a Diretora da CEFAC, que é o Centro de Comércio ou Negócios Eletrônicos das Nações Unidas para a Europa, Virginia Cram Martos. Fizemos no México outro evento no mesmo ano, dois meses depois, sobre a Cooperação Internacional para a Facilitação do Comércio na América Latina e no Caribe.

Entre as conclusões e recomendações do primeiro evento indicado, surgiu a necessidade de conhecer qual era a situação na região em relação aos trâmites de comércio exterior, isto é, ao panorama digital, que foi como intitulamos este estudo dos trâmites de comércio exterior na América Latina e no Caribe.

Realizamos esse estudo muito extenso, com o apoio do Equador em seu momento, e apresentamos este documento no Conselho Latino-Americano, de outubro de 2009, e aí obtivemos também o mandato para a realização, em 2010, do Primeiro Encontro Regional Latino-Americano e Caribenho sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior. Foi realizado em Bogotá, Colômbia, com o apoio do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, da Câmara de Comércio de Bogotá e com a contribuição financeira do Banco Mundial para sua realização.

Como indicamos antes, no dia de ontem, contamos com um importante apoio da Colômbia para a realização desse evento, concretamente do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, e foi a primeira vez que na região os Diretores de Janela Única se conheceram, puderam intercambiar experiências e, a partir desse momento, já foram institucionalizados os encontros regionais.

No mesmo ano, realizamos o Segundo Encontro, por solicitação do Chile, e o realizamos com o Serviço Nacional de Aduanas desse país, intitulamos “Avanços e Desafios Pendentes”, e também no âmbito do Arco do Pacífico Latino-Americano realizamos uma oficina com o BID e a CAF, além do Serviço Nacional de Aduanas.

Em 2011, por solicitação do Peru, do Ministério de Comércio e Turismo, realizamos o Terceiro Encontro Regional Latino-Americano e Caribenho sobre Janelas Únicas, e, além disso, apresentamos outro estudo denominado “Janelas Únicas de Comércio Exterior: avanços e desafios pendentes”, também apresentados no Conselho Latino-Americano de outubro de 2011.

Adicionalmente, participamos de outras atividades de organismos afins e também fizemos outras publicações nesta matéria, além de um Curso de Formação sobre Aspectos Legais do Comércio Eletrônico com a UNCTAD.

As atividades de 2011 tiveram um componente importante que foi o Convênio de Cooperação Técnica não reembolsável entre a CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina – e o SELA. Este Projeto foi o que apresentamos ontem, minha colega consultora do SELA, a doutora Gloria Cañas que me acompanha, intitulado “Projeto Piloto de Interoperabilidade e Harmonização de Janelas Únicas de Comércio Exterior no âmbito do Arco do Pacífico Latino-Americano”. Assinou-se o Convênio em 20 de junho de 2011, por 12 meses os países parte –Colômbia e Panamá-, porque é um projeto piloto com variáveis, um ambiente controlado, depois nossa intenção é poder replicar os resultados deste projeto, respeitando, logicamente, as especificidades de cada país que estiver interessado em participar.

Temos os objetivos, não os lerei, como disse, ficam aqui. Fundamentalmente, nós não estamos trabalhando em criar ou constituir Janelas Únicas, ou seja, em sua instrumentalização tecnológica e procedimental, no que sim estamos trabalhando – porque, além disso, não nos corresponde a criação desses instrumentos em seu sentido tecnológico e procedimental-, mas sim no que estamos trabalhando, graças ao apoio da CAF, é precisamente na construção de uma base metodológica que permita detectar dificuldades, sistematizar as lições aprendidas e as boas práticas e, precisamente, determinar em escala não somente os fatores que incidem na interoperabilidade doméstica, mas também em uma possível interoperabilidade internacional e regional que, no final das contas, é o objetivo último, tanto do SELA, da ALADI e de outros organismos.

Não vou ler todos os objetivos, como disse, os senhores terão tudo isso aqui, e em 2012 o SELA está organizando o Quarto Encontro Regional Latino-Americano, o

qual vamos fazer com o Ministério da Economia e com a AGEXPORT da Guatemala, em Antigua, Guatemala. Culminar e publicar os resultados da base metodológica na qual estamos trabalhando sob o Convênio CAF-SELA, apresentar à CAF a proposta para uma segunda fase que beneficie os países interessados da região.

Estamos por publicar, como um subproduto do Projeto, o ABC da assinatura digital, que é um componente essencial para o desenvolvimento das Janelas Únicas, assinatura digital e o estado da arte na América Latina e no Caribe. Construir sinergias com outros organismos regionais relacionados com a matéria a partir de uma visão regional, e isso nos trouxe à ALADI. Esta intenção que acabo de mencionar, participar na consolidação da Rede Interamericana de Janelas Únicas, a qual está auspiciando o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e acompanhar a CEPAL e outros organismos também, mas a CEPAL especificamente porque trabalhamos no portal de Janela Única e Comércio Exterior na América Latina e no Caribe e em outras atividades relacionadas.

Farei referência aos consensos que alcançamos nos eventos que mencionei. Detenho-me aqui um segundo porque precisamente é a partir desses consensos, e por mandato de nossos Estados Membros, que nós procedemos a construir a proposta que apresentamos à CAF, e que a CAF aprovou para avançar precisamente nos aspectos metodológicos necessários para a interoperabilidade e a harmonização das Janelas Únicas na região.

Entre os consensos que alcançamos, promover e manter espaços de encontro para a análise, intercâmbio e articulações regionais, que é o que estamos fazendo com os encontros regionais, isso com ênfase no desenvolvimento das VUCEs e dos processos concomitantes; apoiar a coordenação, cooperação e convergência entre os mecanismos de integração e de cooperação regional nestas matérias; promover e participar dos consensos sobre padrões internacionais resultantes da UN/CEFACT e da OMA. África, Ásia, Europa, têm relatores regionais que precisamente atuam como interlocutores e participam dessas decisões que se tomam em matérias de padrões internacionais, mas infelizmente a América Latina e o Caribe não têm uma representação, não têm um relator diante desses organismos e não participam dos consensos gerados. Então, isso é altamente relevante também, que participemos ativamente nestas decisões que são tomadas e que terminamos assumindo como países porque temos que realizar nosso comércio intra-regional com base em padrões internacionais.

Impulsionar o fomento da interconexão e da interoperabilidade e, neste âmbito, desenhamos o Projeto e outras iniciativas; e a necessidade de avançar em um desenho procedimental técnico e operacional das VUCEs para garantir que essas possam operar em um ambiente regional integrado e inter-relacionado. Compartilhar informação de maneira constante, intercâmbio de boas práticas, e, logicamente, cooperação intra-regional. Neste sentido, com a CEPAL estamos trabalhando nisso. Promover na região agendas de inclusão digital, o governo eletrônico, bom governo porque as VUCES são um componente do bom governo. E quando falamos de governo eletrônico, falamos de interoperabilidade, de interatividade e de transacionalidade, e das TIC, logicamente, em facilitação do comércio. E nos propusemos, e trazemos essa proposta para a ALADI, a possibilidade de pensar, de construir uma VUCE de alcance regional para a América Latina e o Caribe, VUCES interconectadas, interoperacionais; e isso nos permitirá coadjuvar em um melhor comércio intra-regional e com as outras regiões do mundo no âmbito da integração digital. Isso é um componente importante da integração regional.

Em relação a algumas propostas decorrentes dos encontros regionais que dizem respeito diretamente à Secretaria Permanente: que continuemos trabalhando na geração de sinergias com outros organismos e na cooperação técnica regional. Propiciar esses encontros regionais que nos permitam identificar aspectos relevantes e conhecer os avanços e propostas em relação aos projetos em curso e a serem desenvolvidos das VUCE. As experiências individuais ou de grupos de países em outras regiões do desenvolvimento, isso é importante, a África tem avanços interessantes, tem sete países interoperando suas Janelas Únicas; e a Ásia já tem uma Janela Única regional.

E, logicamente, trabalhar na coordenação, na cooperação, na consulta no âmbito da facilitação do comércio, e em áreas que lhe são relevantes, assinatura digital, certificação de origem digital - que é um trabalho importante feito pela ALADI-, segurança e outros processos associados ao comércio sem papéis juntamente com a institucionalidade internacional especializada.

Apoiar as iniciativas tendentes a fortalecer esses esforços; estimular a coordenação entre atores sub-regionais, regionais e internacionais; propiciar o intercâmbio e a difusão de boas práticas, metodologias reconhecidas internacionalmente para o desenvolvimento das VUCES e projetos nacionais de excelência, que existem.

A proposta que a Secretaria Permanente deseja submeter a sua consideração é precisamente alcançar um Memorando de Entendimento entre ambos os organismos regionais, através de sinergias interinstitucionais, que nos permita acordar ações conjuntas e coadjuvar para o fortalecimento da facilitação do comércio exterior em processos associados à digitalização, simplificação e harmonização dos trâmites de comércio exterior de interesse prioritário, conforme padrões internacionais, que incluam certificação de origem digital, assinatura eletrônica certificada, formação de capacidades. Este é um tema muito fundamental no qual os países insistiram, interoperar, harmonizar, chegar a linguagens comuns, requer formação de capacidades e aí penso que podemos alcançar uma sinergia importante, interessante. E isso nos permitiria gerar condições de interoperabilidade regional e internacional, e, logicamente, criar maiores possibilidades de eficiência e transparência.

E, como parte disso, também propomos apoiar os Estados Membros na busca da nivelção normativa institucional e tecnológica para conformar, no futuro, como uma visão regional, a Janela Única de Comércio Latino-Americana e Caribenha.

Muitíssimo obrigada a todos por sua atenção.

PRESIDENTE. Muito obrigado, doutora, uma magnífica apresentação, muito clara e muito didática para todos nós.

Comentários, observações. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Silvana Peixoto Dunley). Obrigada, senhor Presidente. Justo para agradecer a participação da doutora Sánchez e da doutora Cañas. Parece-nos que todo o tema é um pouco a visão do paraíso, de iniciar um projeto que tem uma visão de um amplíssimo quadro, porque, como os senhores sabem, estamos recém engatinhando na ALADI, tentando promover e adotar um sistema único de certificação digital. A coisa está para ser aprovada, esperamos que em curto prazo.

É muito oportuna esta contribuição para os trabalhos, porque amplia um pouco a visão das Representações sobre as iniciativas internacionais, não regionais ainda,

mas sim sobre o envolvimento de alguns países da região que já estão mais diretamente vinculados a esse processo que a grande maioria de nós.

Seria bastante útil que, por intermédio da Secretaria-Geral, para informação das Delegações, as senhoras nos enviassem um estado de situação sobre as principais conclusões desses encontros, em que ponto exatamente se encontram, a partir de uma perspectiva regional, processos ou iniciativas que foram desenvolvidos dentro do sistema da VUCE.

Admito que, para nossa Delegação, é um tema totalmente novo, inédito, que poderá eventualmente acelerar, além de informar, uma série de medidas em termos de facilitação de comércio, algumas barreiras técnicas.

Então, muitíssimo obrigada, aguardamos o fornecimento de informação para que tenhamos uma base para informar e pedir instruções a nossas capitais. Muitíssimo obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Subsecretário Llona, por favor.

SUBSECRETÁRIO (César Llona). Obrigado, Presidente. Bom dia, senhores Representantes. Primeiro, gostaria de agradecer à doutora Sánchez Vegas por esta nova apresentação, ontem tive a oportunidade de escutar uma versão mais extensa desta ótima apresentação. De fato, é um tema que, logicamente, interessa muito à ALADI. Nós temos uma experiência que estamos desenvolvendo, inclusive já foi aprovado neste Comitê tudo o que se refere ao SCOD, ao Sistema de Certificação de Origem Digital.

O desafio pendente, embora alguns países já tenham experiências nacionais com algum embasamento no sistema ALADI, o desafio pendente é evidentemente regionalizar o sistema, e é algo que temos na agenda da Associação para este ano. Então, penso que é muito valioso que as senhoras estejam aqui, de fato acordamos uma reunião entre secretarias técnicas para intercambiar e compartilhar experiências sobre esses temas, e, sem dúvidas, este encontro será muito fértil. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Algum outro comentário? Então, ficamos neste diálogo e em avançar nisso, muitíssimo obrigado por estarem conosco. É um exemplo concreto de como podemos avançar e ir-nos integrando realmente, a interoperabilidade das Janelas será um qualitativo muito importante e tomara que continuemos próximos. Um cumprimento carinhoso a meu conterrâneo José Rivera Banuet. Muito obrigado.

Não havendo outros assuntos, damos por encerrada a sessão do dia de hoje. Muito obrigado a todos.

A ação do SELA no âmbito da facilitação do Comércio Exterior: avanços e propostas

**Sistema Econômico Latino-Americano e Caribenho (SELA)
Secretaria Permanente
Caracas, Venezuela**

Saadia Sánchez Vegas, Ph.D.

Direção da Rede de Informação e Conhecimento

**Comitê de Representantes
Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)
12 de abril de 2012**

Conteúdo

- I. **Premissas de trabalho**
- II. **Atividades executadas (2008-2011) na facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)**
- III. **Atividades previstas em facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)**
- IV. **Consensos resultantes dos encontros regionais sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior convocados pelo SELA**
- V. **Algumas propostas resultantes dos encontros regionais sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior convocados pelo organismo, dirigidas à Secretaria Permanente do SELA**
- VI. **Proposta do SELA para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)**

I. Premissas de trabalho

- Avançar na facilitação do comércio supõe reformas recomendadas internacionalmente, dentre as quais têm relevância: a simplificação e automatização dos procedimentos aduaneiros, a digitalização dos trâmites de comércio exterior de acordo com os padrões internacionais recomendados pela UN/CEFACT e pela Organização Mundial de Aduana (OMA), a certificação digital de origem, a assinatura digital (assinatura eletrônica certificada) e a gestão de riscos, bem como o fomento de marcos jurídicos que deem a maior segurança possível para as transações on-line, eliminem os obstáculos desnecessários ao comércio e permitam que os países da América Latina e do Caribe alcancem um melhor posicionamento nos mercados internacionais.
- Dentre os obstáculos para um maior dinamismo do comércio internacional, conta-se com o enorme volume de documentação requerida, a falta de transparência nos trâmites necessários, processos administrativos onerosos, para mencionar somente alguns.
- Em tal contexto, as Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol) são concebidas como um instrumento essencial no contexto da facilitação do comércio e sua implementação garante, implicitamente, a racionalização dos trâmites e dos procedimentos de comércio exterior, bem como sua transparência e segurança.

I. Premissas de trabalho: Benefícios das Janelas Únicas de Comércio Exterior

- 1. A otimização dos processos mediante a implementação de um marco legal e regulador consistente e transparente;**
- 2. A racionalização dos processos favorecida pela informatização das atividades e pela digitalização da documentação associada;**
- 3. Imediatismo dos trâmites, simplificação e simultaneidade dos processos;**
- 4. Eliminação dos procedimentos duplicados que implicam a coleta repetitiva de dados;**
- 5. Redução do número de erros através da eliminação da dependência de formatos em papel;**
- 6. Redução do impacto negativo no meio ambiente graças à eliminação do papel;**
- 7. Cumprimento do rastreamento e da transparência dos processos;**
- 8. Redução da corrupção devido à racionalização dos processos e à eliminação da discricionariedade nas decisões, o que, por sua vez, incide na previsibilidade da Administração Pública;**
- 9. Economia em custos por trâmites e de tempo de gestão;**
- 10. Redução dos processos burocráticos e da carga administrativa e orçamentária do governo;**
- 11. Um maior cumprimento dos trâmites legais e pagamentos impositivos por parte dos importadores e exportadores;**

I. Premissas de trabalho: Benefícios das Janelas Únicas de Comércio Exterior

- 12. Aumento da eficiência e da segurança no comércio exterior;**
- 13. Incremento das utilidades do comércio internacional;**
- 14. Redução das perdas provocadas por fraude;**
- 15. Valoração e classificação de riscos;**
- 16. Explicação e difusão das regras;**
- 17. Disponibilidade operacional de um sistema de gestão por 24 horas, 7 dias na semana, 365 dias do ano;**
- 18. Oportunidade de implementar a metodologia de melhoramento contínuo;**
- 19. Oportunidade de obter estatísticas estratificadas por tipo de operação, setor econômico, produtos e outros;**
- 20. Medição dos períodos e movimentos das operações;**
- 21. Redução dos custos e tempos de espera na fronteira;**
- 22. Abertura das possibilidades de participação das PMEs dedicadas às exportações não tradicionais no Sistema de Importações e Exportações, através do uso de uma ferramenta informatizada de acesso remoto e disponibilidade permanente; tudo isso incide no**
- 23. Incremento dos níveis de competitividade, da confiabilidade na gestão do comércio exterior de cada país e do desenvolvimento sustentável.**

I. Premissas de trabalho

Pode-se afirmar com base na evidência empírica dos estudos preparados pelo SELA e por outros organismos que:

- Os benefícios mencionados são reconhecidos pelos diferentes atores econômicos e políticos na América Latina e no Caribe;
- Existem, na região, iniciativas relevantes e uma importante vontade política orientada a incentivar a criação, o desenvolvimento e a consolidação das VUCE (sigla em espanhol);
- No entanto, a região ainda enfrenta desafios importantes nesta matéria que requerem esforços concertados à escala nacional, no interior de cada país, e à escala internacional, de cooperação técnica com um sentido estratégico e visão regional.
- Com base nas premissas expostas e por mandato de seus Estados Membros, através de seu órgão de governo, o Conselho Latino-Americano, a Secretaria Permanente do SELA empreendeu as seguintes atividades:

II. Atividades executadas (2008-2011) na facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)

2008



- I Seminário Regional sobre Redes e Integração Digital: conteúdos, aplicações e usos das TIC na América Latina e no Caribe, Caracas, 27 e 28 de outubro de 2008.
- “Cooperação Internacional para a Facilitação do Comércio na América Latina e no Caribe: Para um Programa Regional”, XIX Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e do Caribe, Cidade do México, México, 9 e 10 de dezembro de 2008.

2009



Estudo “Panorama Digital dos trâmites de comércio exterior na América Latina e no Caribe. Proposta de ações a nível regional” (XXXV Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, Caracas, Venezuela, 27 a 29 de outubro de 2009 SP/CL/XXXV.O/Di No. 25- 09)

II. Atividades executadas (2008-2011) na facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)

2010



- “I Encontro Regional Latino-Americano e Caribenho sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior”, Bogotá, Colômbia, 26 e 27 de março. O primeiro de seu tipo organizado em escala regional.
- “II Encontro Regional Latino-Americano e Caribenho sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior: Avanços e desafios pendentes”, Valparaíso, Chile, 1º e 2 de dezembro.
- “I Oficina: Janelas Únicas de Comércio Exterior. Considerações e propostas para a ação regional no âmbito do Fórum do ARCO do Pacífico Latino-Americano”, Valparaíso, Chile, 30 de novembro e 1º de dezembro.
- Estudo: “Desenvolvimentos Recentes na Facilitação do Comércio na América Latina e no Caribe” SP/CL/XXXVI.O/Di N° 20-10.

2011



- “III Encontro Regional Latino-Americano e Caribenho sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior: comércio sem papéis e a gestão de riscos”, Lima, Peru, 27 a 29 de novembro.
- Estudo: “Janelas Únicas de Comércio Exterior: avanços e desafios pendentes” (XXXVII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, Caracas, Venezuela, 19 a 21 de outubro de 2011, SP/CL/XXXVII.O/Di No. 17 -11)

- ✓ Adicionalmente, a Secretaria Permanente foi convidada a participar, como expositora, no Seminário Regional Modelos e Experiências em Janela Única Eletrônica, organizado pelo BID, CAPTAC-DR, OMA e FMI, Antigua, Guatemala, 29 a 31 de março.
- ✓ Reunião sobre Janela Única Eletrônica Arco do Pacífico Latino-Americano e Caminhos para o Progresso, organizada pelo BID, Washington, 11 e 12 de outubro de 2011.
- ✓ Curso de formação sobre os Aspectos Legais do Comércio Eletrônico para Estados Membros do SELA, desenhado em conjunto com a UNCTAD.

II. Atividades executadas (2008-2011) na facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)

2011



▪ Convênio de Cooperação Técnica Não-Reembolsável entre CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e o SELA: “Projeto Piloto de Interoperabilidade e Harmonização das Janelas Únicas de Comércio Eletrônico no âmbito do Arco do Pacífico Latino-Americano”, vigente desde 20 de junho de 2011 por um período de 12 meses e do qual são parte, na presente primeira fase, a Colômbia e o Panamá.

II. Atividades executadas (2008-2011) - Projeto Piloto de Interoperabilidade e Harmonização das VUCE (em espanhol) no âmbito do Arco do PLA – Convênio CAF-SELA

Objetivo Principal

Coadjuvar no desenvolvimento integral das VUCE (em espanhol) nos países parte do Arco do Pacífico Latino-Americano, concebidas como ferramentas chave na facilitação do comércio e da competitividade internacional, com uma visão regional cujo sentido estratégico repousa na interoperabilidade e na harmonização organizacional, normativa, procedimental e técnica.

Objetivos Específicos

- I. Construir uma base metodológica ajustada às realidades específicas dos países participantes, e, com isso, contribuir para o desenvolvimento de suas VUCE (em espanhol) e ampliar as possibilidades de harmonizar seus sistemas e torná-los interoperáveis entre si e com outros países parte do Arco do Pacífico Latino-Americano e da região em seu conjunto.**
- II. Definir os requerimentos técnico – informáticos mínimos para a funcionalidade das VUCE (em espanhol) e proposição de suportes orçamentários, legais e institucionais requeridos para seu funcionamento e sustentabilidade.**
- III. Estabelecer as bases para a conceitualização de uma arquitetura e plataforma de interoperabilidade ao redor de soluções concretas com vistas a ampliar as possibilidades de tornar as VUCE (em espanhol) interoperáveis em escala regional.**

III. Atividades previstas na facilitação do comércio e Janelas Únicas de Comércio Exterior (VUCE, em espanhol)

2012



- IV Encontro Regional Latino-Americano e do Caribe sobre Janelas Únicas de Comércio Exterior, Antigua, Guatemala, 6 e 7 de novembro próximo, a ser organizado com AGEXPORT e ME.
- Culminação e apresentação pública do Relatório Final do “Projeto Piloto de Interoperabilidade e Harmonização das Janelas Únicas de Comércio Eletrônico no âmbito do Arco do Pacífico Latino-Americano”, objeto do Convênio de Cooperação Técnica Não-reembolsável entre CAF e SELA.
- Apresentação perante CAF da proposta de Fase II que beneficie países interessados da região.
- Subproduto do projeto : Documento básico de consulta “ABC da Assinatura Digital, seu estado de Arte na América Latina e no Caribe”, a ser publicado em maio.
- Construir sinergias com outros organismos regionais relacionados com a matéria desde uma visão regional.
- Participar ativamente na consolidação da Rede Interamericana de Janelas Únicas, com o apoio e a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Acompanhar a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na manutenção do Portal de Janela Única e Comércio Exterior na ALC e outras atividades relacionadas.

IV. Principais consensos resultantes dos encontros regionais sobre VUCE (em espanhol) convocados pelo SELA



IV. Principais consensos resultantes dos encontros regionais sobre VUCE (em espanhol) convocados pelo SELA (Continuação)



▪ Propor a construção de uma VUCE Regional, como uma meta realizável através de coordenações sub-regionais e regionais, em um ambiente global de cooperação entre os países da região e com o concurso da cooperação técnica internacional, no âmbito da integração regional, com vistas à facilitação do comércio intra-regional e com outras regiões, de uma inserção mais competitiva e sustentável da região na economia mundial, e de um desenvolvimento sustentável, com o objetivo último de reduzir a pobreza e promover o bem-estar na América Latina e no Caribe.



▪ Compartilhar informação de maneira constante sobre os desenvolvimentos das Janelas Únicas na região e as melhores práticas e lições aprendidas e colaborar mutuamente na construção das funcionalidades ótimas nos diferentes módulos dos sistemas

▪ Promover na região agendas de inclusão digital, governo eletrônico (interoperacional, interativo e transacional) e as TICs na facilitação do comércio

V. Algumas propostas resultantes dos encontros regionais sobre VUCE (em espanhol) convocados pelo organismo, dirigidas à Secretaria Permanente do SELA

- Continuar gerando sinergias entre os diferentes projetos de desenvolvimento das VUCE (em espanhol) nos países da região, com especial referência às ações de cooperação, coordenação, articulação e convergência;
- Propiciar encontros regionais para identificar aspectos relevantes, conhecer os avanços e as propostas em relação aos projetos em curso e a serem desenvolvidos das VUCE (em espanhol), bem como as experiências individuais ou de grupos de países em outras regiões em desenvolvimento; e para promover a coordenação, a cooperação, a consulta e a concertação no âmbito da facilitação do comércio exterior, com ênfase no desenvolvimento das VUCE (em espanhol) e seus processos concomitantes, como a certificação de origem digital, assinatura digital, segurança e outros processos associados ao comércio sem papéis juntamente com a institucionalidade internacional especializada;

V. Algumas propostas resultantes dos encontros regionais sobre as VUCE (em espanhol) convocados pelo organismo, dirigidas à Secretaria Permanente do SELA

- Apoiar as iniciativas tendentes a fortalecer os esforços dirigidos a promover a facilitação do comércio em cada um dos países que conformam a região e especificamente os processos associados à digitalização, simplificação e harmonização dos trâmites de comércio exterior, ao uso dos padrões internacionais na matéria e à incorporação da Gestão de Riscos em sistemas automatizados, com particular ênfase na implementação sustentável e na consolidação das Janelas Únicas de Comércio Exterior.
- Estimular a coordenação entre os atores sub-regionais, regionais e internacionais que executam ações de cooperação no âmbito do desenvolvimento das VUCE (em espanhol) para evitar a duplicação de esforços, a descoordenação de agendas e a dispersão de tempo e recursos;
- Propiciar o intercâmbio e difusão de boas práticas, metodologias reconhecidas internacionalmente para o desenvolvimento das VUCE e projetos nacionais de excelência.

VI. Proposta do SELA para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

- Alcançar um Memorando de Entendimento entre ambos os organismos regionais, e, através de sinergias interinstitucionais, acordar ações conjuntas que coadjuvem para o fortalecimento da facilitação do comércio exterior em processos associados à digitalização, simplificação e harmonização dos trâmites de comércio exterior de interesse prioritário conforme padrões internacionais, que incluam certificação de origem digital e assinatura eletrônica certificada, bem como a formação de capacidades, para gerar condições de interoperabilidade regional e internacional, e criar maiores possibilidades de eficiência e transparência.

- Apoiar os Estados Membros na busca da nivelção normativa, institucional e tecnológica para conformar no futuro e com visão regional a Janela Única de Comércio Latino-Americana e Caribenha.



Muito obrigada

Saadia Sánchez Vegas
ssanchez@sela.org

Sistema Económico Latino-Americano e Caribenho (SELA)
sela@sela.org
www.sela.org